

A ESCUTA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA POLÍTICA

*Rejane de Moura Nunes**

*Denise Maurano***

RESUMO:

Este texto aborda a escuta psicanalítica em sua função de lidar com o sofrimento humano, assim como propõe a escuta como estratégia política de intervenção e criação. Através dos subsídios da teoria e da clínica psicanalíticas propomos uma interlocução com os campos da Saúde Mental e da Memória Social, entendendo que são campos que nos permitem pensar as dimensões do singular e do social como intrínsecas umas as outras.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Subjetividade. Memória social.

*Psicóloga formada pela UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora, Psicanalista, Especializada em Saúde Mental, Especializada em Reinserção Psicossocial e Organização de Serviços pelo Ministério da Saúde, Mestre em Psicanálise pela UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutoranda do Programa Interdisciplinar de Memória Social da UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Psicóloga clínica do Instituto Municipal Philippe Pinel. Av. Venceslau Brás, 65. Botafogo, RJ. CEP 22290-140. Tel.: (21)2542-3049. E-mail: rejane.lirios@gmail.com.

**Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado em Filosofia pela Universidade Gama Filho, Diplôme D'études Approfondues en Philosophie e doutorado em Philosophie - Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne); doutorado em Filosofia e pós-doutorado em Letras(2004) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e no curso de Direito. E-mail: dmaurano@corpofreudiano.com.br.

Freud, no texto “Linhas de progresso da terapia analítica”, sinaliza o alcance pouco vasto das “terapêuticas analíticas” comparado “à enorme quantidade de miséria neurótica que existe no mundo (...) e que ameaça tanto a saúde pública, que não pode ser deixada aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade” (FREUD, 1918:180); Freud segue dizendo que quando a consciência da sociedade despertasse e o Estado compreendesse a urgência de seus deveres, haveria instituições com “médicos” analiticamente preparados.

Em “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, Lacan nos chama a atenção para a necessidade de que o analista, para sê-lo, se interesse pela dimensão do político e da cidade:

Que antes renuncie a isto, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico (LACAN, 1998: 322).

A partir dessa posição podemos afirmar então que “analisar uma época (...) é responsabilizar-se por seu lugar” (BROUSSE, 2003:15) o que acarreta em pensar de que forma um ato analítico poderia implicar também em um ato político, ou seja, que retorne como contribuição para a cidade.

Considerando que em Psicanálise visamos a singularidade (ou seja, algo particular e não generalizável), não recuamos ao buscar formas de incidir no âmbito do público, apesar de considerá-lo como campo onde as particularidades tendem a ser ignoradas em nome do bem comum.

A psicanálise, em sua especificidade, aponta para o fracasso do sentido, a despeito da grande difusão da afirmativa de que “Freud explica”. Contudo, desde a primeira teorização a respeito do Inconsciente, fala-se de algo que ocorre no desencontro do sofrimento que se apresenta no corpo da histerica com o discurso dominante na época. O sintoma denuncia que algo escapa à lógica da consciência e assim aponta para o mal-estar na civilização.

A psicanálise ocupa uma posição subversiva ao considerar o que escapa ao instituído na cultura dominante. Podemos dizer então que desde Freud a psicanálise foi subversiva, nem tanto na sua participação pública política, mas por ter considerado fundamentalmente o que é segregado dos discursos manifestos.

A respeito da abordagem da Psicanálise acerca da coletividade, encontramos no livro *Psicanálise na Favela, do Projeto Digai-Maré*, a seguinte aposta:

“... é possível destacar do mundo de coisas pouco evidentes que nos habitam detalhes que sejam links para outros espaços. Com bases desses elementos vindos da periferia, restos de dizer, reconfigura-se o mapa de uma vida. Contando com o impossível, em vez de buscar eliminá-lo, cria-se um novo lugar no coletivo” (MACHADO, Ondina, M.R e GROVA, Tatiane (orgs.) et al. 2008:11).

A escuta como método surge justamente a partir de Freud propor um “diga aí” as suas pacientes. Por sermos seres de linguagem, ao falarmos “o que vier à mente”, regra fundamental da associação livre, entramos em contato com aquilo que nos determina para além dos parâmetros racionais, que por sua vez são herdeiros das regras sociais.

Falar livremente do que escapa ao sentido nos aproxima do indefinível em nós, mas que paradoxalmente nos determina. Para Freud nossas primeiras experiências de satisfação estão para sempre perdidas, mas repletas de efeitos no que se configura como nosso destino, num movimento que se repete sempre em busca deste indefinível, ou seja, “são restos de dizer que (re)configuram um mapa de uma vida”.

Frente a este impossível é que se torna desejável construirmo-nos subjetivamente enquanto realidade psíquica, ou seja, vestir com ficções linguageiras, histórias, narrativas, o que Freud chamou de fantasia na neurose e delírio na psicose.

De acordo com esta concepção, nosso psiquismo seria um aparelho de construir realidades através de suas memórias. Assim, por memória não se entende uma verdade acerca do fato tal qual tenha se passado, mas algo permanentemente em construção. Eis uma formulação específica de abordagem da Memória Social que nos interessa, ao associar subjetividade, memória e criação.

Entendemos a Memória Social como o modo que os sujeitos sociais representam a si próprios articulando passado, presente e futuro mas não estamos apenas considerando a representação como produção consciente, referente estático do que se encontra em constante movimento, mas incluindo as dimensões do afeto e da invenção e, com estas, a possibilidade das memórias irrepresentáveis. Justamente por esta característica, aquilo que em determinado momento foi não-dito, pode transformar

constantemente as formas de dizer. Na vertente psicanalítica, sabemos que a memória não se reduz àquilo que aparece nos discursos, mas também em suas entrelinhas.

Nesta concepção, a memória seria algo que se constitui na interseção entre o Sujeito e o Outro, sendo ao mesmo tempo memória particular e memória social, numa torção moebiana que estabelece uma continuidade entre essas duas bandas.

Ao abordarmos a Memória Social em sua relação com os espaços, valores e subjetividades de determinada cultura, encontramos no conceito de “território”, caro ao campo da Saúde Mental, elementos compatíveis com o nosso ponto de vista. O território seria justamente o que é “marcado por limites geográficos, culturais, socioeconômicos(...); conjunto de referências que desenham a moldura do cotidiano para cada cliente, seu território familiar, mitológico, jurídico” (Delgado, P. G. 1997:41). Segundo Pedro Gabriel Delgado, a concepção de território traz implicações clínicas. A partir disso, podemos entender que o conceito de território diz respeito às particularidades de determinada população abarcada pelos cuidados em Saúde Mental e que repercutem sobre o próprio cuidado, com suas incidências subjetivas.

Poderíamos afirmar então, que o território comportaria moldura da memória social daqueles que lhe habitam, com implicações íntimas e complexas para tais subjetividades, e vice-versa. Neste caso, crer numa via de mão única e não dupla, seria crer num determinismo social sobre os “indivíduos”, ou numa autonomia absoluta do sujeito, o que etimologicamente seria impossível, uma vez que estamos todos sujeitos à linguagem, que nos antecede e nos divide (nos assujeita a ela), na medida em que dela nos apropriamos de maneira absolutamente particular. Eis a ironia presente em nosso enlace social via a linguagem: não vivemos sem ele, doce ilusão.

Digaí, Baixada³

Procurando me guiar pela Psicanálise, atuei no setor de Emergência de um hospital psiquiátrico público da cidade do Rio de Janeiro, que no entanto recebia a população de toda região metropolitana da Baixada Fluminense, conhecida por sua precariedade socioeconômica. Para minha surpresa, neste serviço psiquiátrico não encontrei apenas a exuberância das produções psicóticas, que certamente também demonstram alguma exclusão, mas sobretudo personagens da violência: violência urbana, econômica, social, moral.

Desde um primeiro momento constatei que tratava-se de um território muito peculiar, tanto no que diz respeito aquele determinado dispositivo de atendimento à crise, quanto àquela parcela da população que recebíamos, predominantemente. Estaríamos nos deparando tão radicalmente com algo da ordem do traumático e da castração⁴, não como uma operação simbólica realizada na fantasia de alguém, mas falando literalmente de cabeças cortadas e expostas na frente das casas das famílias, em suas comunidades, para mencionar o extremo de um relato que nos fora endereçado.

Do meu lugar de escuta, era também testemunha de perdas inimagináveis, da agressividade desmedida, do gozo⁵ mortífero dos vícios e, num meio comandado pelo tráfico, a convivência com determinadas “leis”, que em sua arbitrariedade nos remetem ao grande pai da horda primeva, que goza sem barreiras.

No texto *Totem e Tabu* (1913), Freud constrói um mito antropológico que retrataria a primeira forma de organização social humana, onde o primata mais forte impunha sua vontade pela força e fora vencido pela união de seus descendentes; no entanto, qual desses tomaria o poder? Mas, a partir da morte do pai, ao invés da força bruta, passam a vigorar as leis que regem as normas sociais, inicialmente ligadas à interdição do parricídio e ao incesto, ou seja, não se pode matar o líder e nem unir-se a entes do próprio clã. A consequência lógica desta interdição é a propensão à feitura dos laços sociais: “saia de dentro de sua própria casa e vá em direção ao outro”, ou “se unam, não se matem”.

No serviço de saúde mencionado, os relatos que eu testemunhava me faziam interrogar em que medida compomos de fato uma civilização, dado a dimensão da barbárie que se evidenciava. Enfim, no serviço em questão, as demandas de atendimento chegavam volumosas e impactantes, na maioria das vezes misturando a “miséria humana”, a que todos estamos faltosamente sujeitos, às marcas devastadoras da truculência e miséria sociais.

3 Parafraçando o nome do projeto “Digaí-Maré”, um trabalho de psicanálise aplicada da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) na favela da Maré, no Rio de Janeiro, a partir da parceria com a Redes de Desenvolvimento da Maré (REDES-MARÉ) que visa o fortalecimento das ações locais. Tais projetos também contam com a intervenção da Universidade, seja enquanto fomento para financiamento, seja enquanto campo de estágio (UFRJ e PUC-RJ).

4 O Complexo de Castração é um mecanismo psíquico que diz respeito a ameaça imaginária de perder algo muitíssimo importante; na fantasia infantil, trata-se daquilo que é objeto de desejo da mãe e portanto estaria ameaçado pelo pai, representante da interdição e da Lei.

Como nos utilizar do arsenal psicanalítico, dos seus preceitos e técnicas frente a isto? Sabemos que o traumático e o Real, enquanto a crueza do inapreensível, atinge a todos, mas como lidar com este quando a fantasia, o delírio, os sintomas classicamente conhecidos, muitas vezes parecem estar suplantados por uma perplexidade, pura angústia? Sendo assim, como atribuir a sujeitos tão cruamente contrastados com o Real a implicação que concerne à clínica analítica? Os recursos institucionais (no caso, também a instituição da Saúde Mental) são organizadores da vida social e do acesso aos bens e modos de gozar instituídos pela sociedade.

Miriam Debieux Rosa em “Uma escuta psicanalítica das vidas secas”, texto no qual relata a experiência de escuta aos meninos de rua, nos faz atentar às diferentes condições de vida e suas possíveis implicações para os sujeitos, ao mencionar a grande parcela da população em “desamparo social”. Estes sujeitos muitas vezes são excluídos dos recursos institucionais organizadores da vida social e do acesso aos bens e modos de gozar instituídos pela sociedade, o que pode propiciar o que chama de “desamparo discursivo”, pois “...as estruturas discursivas que suportam o vínculo social, no que rege a circulação de valores, ideais, tradições de uma cultura resguardam o sujeito do Real” (ROSA 2006: 42).

O Real na perspectiva psicanalítica, refere-se à crueza da impossibilidade de nomeação e sentido. Refere-se à aridez do não senso. Frente ao desamparo do ser falante, desta maneira agravado, o risco do traumático, do impossível de simbolizar seria duplo: tanto sua exposição à ocorrência é aumentada, quanto os recursos para sua elaboração encontram-se diminuídos.

A maioria da população encontra-se excluída dos modos sociais instituídos de tratar o gozo (educação, esporte, arte, análise), assim como formas de lhes dar vazão (usufruto de bens de consumo, por ex.), ficando mais expostos ao que nos acomete a todos.

5 O conceito de gozo em Lacan, enquanto referido a uma satisfação paradoxal que enoda prazer e dor, diz respeito ao encontro da pulsão com a linguagem e de algo que resiste a ela (já que não é possível se definir completamente); seria uma modalidade silenciosa da pulsão, releitura da “pulsão de morte” freudiana, onde a realização plena de todos os impulsos só ocorreria com a própria morte. O gozo seria índice deste impossível e se impõe na vida de várias maneiras, por exemplo, através da violência.

No entanto, certamente não se trata de mais uma vez excluir o sujeito, privá-lo de sua escuta, de uma certa “oportunidade de sujeito”, por assim dizer. É sobre esta dimensão que nos interessa interrogar, causar uma curiosidade, uma vontade de saber sobre a posição subjetiva deste sujeito. É na perspectiva deste mais além que a palavra é convidada a comparecer, dizendo de outra maneira o que assola o sujeito, habitando o mundo da linguagem.

Há uma dimensão ética e política na escuta que visa propiciar que o Sujeito dê andamento às articulações significantes, reproduzindo-as ou modificando-as, e possibilitando a ruptura de identificações imaginárias congeladas, que muitas vezes atribuem lugares excludentes e marginais a determinadas classes de sujeitos, lugar de resto social que comumente lhes são atribuídos.

Os discursos tem a função de refrear o gozo. Podemos relacionar o conceito de gozo àquilo que da pulsão resiste ao encontro com a linguagem. Desde que o homem tornou-se humano, ou seja, deixou de ser guiado pelo instinto biológico para se lançar no universo dúbio da linguagem, sempre passível de mal-entendidos, sua “natureza” passou a ser marcada tanto pela significação quanto pela ausência desta.

O funcionamento social e as estruturas discursivas que aí circulam conferem lugares ao gozo; por exemplo: o uso de substâncias psicoativas (legalizadas ou não), o consumo desenfreado de objetos no capitalismo, a violência praticamente institucionalizada à população pobre, etc.

Com a possibilidade de escuta, passamos a lidar com algo que é da ordem de uma escolha referente à posição desejante; desta maneira, deixamos de falar de objetos vitimados, para lhes dar voz. De pobres frutos de um sistema infeliz, para sujeitos desejantes, torna-se necessário uma aposta num trabalho de implicação subjetiva, correlativo também a uma apropriação e construção da memória. .

Este trabalho pode não acontecer com todos os sujeitos aos quais convocamos, mas partir desta premissa permite-nos colocar em jogo um fator fundamental a ser considerado, a saber, o desejo. Cabe ressaltar o que a própria Psicanálise nos ensina, de que nem sempre o desejo aponta para “o bom e o belo”, lembrando-nos, por exemplo, de que também a guerra é parte constituinte da civilização.

6 Enquanto característica do funcionamento psíquico, a repetição aparece tanto no discurso manifesto quanto no que é alheio a ele, revelando sua precariedade e insuficiência; paradoxalmente, a repetição impele à criação pois, ao se pautar em formas de satisfação e expressão anteriores, acabam calcando novos caminhos, na medida que nenhuma repetição é exatamente do mesmo.

Como aquilo que é da ordem do Inconsciente se atualizaria nas demais situações da vida do sujeito, obedecendo ao movimento de repetição⁶ inerente ao funcionamento do Inconsciente? Além disso, como a dimensão do desejo poderia se imprimir no cotidiano destes sujeitos?

Frente a situações em que o impossível de elaborar não só persiste como inapreensível em cada um de nós, mas aparece como imposição na cidade, no Real dos cotidianos que conseguimos construir como nossa civilização, propomos a escuta, que incita, convoca a fala, a expressão, e nesse movimento, a humanização.

Através da fala pretendemos que alguma roupagem simbólica possa se tecer, fazendo mínimo anteparo ao insuportável do Real que se apresenta, onde o desafio é colher e acolher o drama, sem tamponá-lo. A partir do fio do discurso que se tece, possibilitamos que seja elaborado um véu, que ao mesmo tempo que encobre o horror também deixa ver o drama, nos guiando em direção ao que se trata. Assim, torna-se possível circunscrever aquele traumático de forma absolutamente particular. Sem isso, facilmente recorriamos a subterfúgios protocolares.

No sentido de uma roupagem ao Real, pode-se dizer que lhe damos instituição; para isto o setting institucional, assim como o setting analítico ou transferencial, pode servir àqueles que chegam até nós. Para isso, talvez uma certa imersão neste universo seja necessária, para que ao invés de evitarmos ou nos defendermos da angústia, possamos atravessá-la junto ao sujeito.

A escuta enquanto acolhe a diferença do outro e seu sofrimento pode ser extremamente desagradável, sobretudo tratando-se de realidades socioeconômicas totalmente diversas das nossas, como se houvesse em nós uma espécie de “recalque social”, uma fronteira que, se rompida, nos submeteria ao sofrimento que evitamos. Acontece que o conteúdo do recalque retorna, assim como aquilo que é segregado socialmente numa mesma cidade, vide a violência urbana da população excluída que se impõe à face sobre a classe média, assim como os imigrantes que passam a invadir os países ricos, para citar outro fenômeno atual, onde a população de países historicamente

explorados ou em conflito, buscando condições de sobrevivência, partem para outras pátrias, que no entanto temem ter que dividir seus recursos.

É desta maneira que, a partir da escuta, encontrei um mote para lidar com a diferença absoluta, com o impossível de elaborar. Através da escuta pode-se construir saídas originais, particularizadas, frente ao que se manifesta maciçamente devastador, ou seja, que as saídas encontradas por cada um possam nos instruir sobre novas soluções acerca do que concerne a todos, a nossa coexistência. Ou seja, que aquilo que “transtorna” (assim como o “transtorno mental”) possa nos impelir a rever o que vai mal, o modelo que queremos para a nossa sociedade.

O acesso à escuta

Na prática no setor da Emergência, muitas vezes não chegamos a esmiuçar os detalhes da malha dos discursos tal qual no processo de uma análise, mas ainda assim, são considerados índices da posição subjetiva dos sujeitos e das relações muito próprias que estabelece com o Outro⁷.

Citemos alguns exemplos de enredos particulares para situações em comum que se apresentaram no serviço:

Recebemos Maria, que tivera o filho assassinado por policiais na comunidade onde morava, aparentemente sem causa e de forma inesperada; ela mal dormia ou comia, estava permanentemente irritada e aos prantos; nos primeiros atendimentos soubemos que fora medicada com calmantes e antidepressivo; sua fala era comovente e indignada. Frente a ela, presenciávamos antes um sofrimento lacerante, do que propriamente uma doença a ser debelada, como de costume pela clínica médica, ou algo que se configurasse como um sintoma endereçado a ser percorrido como índice de um sujeito. Parecia que não havia o que pudéssemos fazer - apenas acolhemos longamente a sua fala e concordamos com o caráter terrível do que lhe acontecera; nos surpreendemos com a questão que coloca a si mesma, como quem nos perguntasse: “e agora?”. Ao final do atendimento, Maria revela que pretende organizar uma mobilização contra a violência policial; foi desta maneira que a ela foi possível se organizar temporariamente, até onde pudemos testemunhar, para manter-se “viva” e seguir seu caminho.

Já Bárbara, sob os escombros de uma perda semelhante, retorna ao serviço para solicitar internação e sedação para seu sofrimento; na primeira vez, fora trazida

pelos bombeiros, pois estava no cemitério tentando desenterrar seu filho com as próprias mãos; nesta ocasião fora internada; num momento posterior, passa a ir

7 Lacan formalizou conceitualmente como “Outro” a dimensão remetida à linguagem que nos antecede e inaugura o Sujeito, justamente porque não se totaliza, dimensão atravessada pelo corte do Real, ou seja, aquilo que resta sempre inapreensível, frente ao qual o Sujeito se estrutura como resposta. O Sujeito seria a ordem inédita cavada no Outro da linguagem a partir deste corte, do vazio. O Outro é a ordem significante transmitida sempre para além do que se pretende.

diariamente a Emergências de Hospitais-Gerais receber injeções que a acalmam instantaneamente, até a próxima crise de agitação, quando se morde, se bate ou desmaia. Num momento posterior, já não atendemos sua demanda eterna por internação ou aumento de medicações; nos repetidos atendimentos, costumava não querer falar sobre si; apenas queixava-se veementemente de tudo e de todos, que não serviam pra nada e não faziam nada por ela. A psicanálise, neste ponto, é algo cruel: apenas ela mesma poderia fazer algo acerca da mudança da sua posição. Bárbara já havia sido encaminhada, em vão, para uma escuta mais sistematizada, mas parece imersa no gozo do sofrimento e, desta estranha maneira, continuava retornando à Emergência, de onde sustentávamos a aposta de que esta mudança de posição poderia ocorrer.

Valquíria, a sua maneira, também parece pedir algum tipo de contenção; tem impulsos de socar seu filho, e às vezes o faz; conta também que amarrou a boca do bebê quando este chorava e sente-se devastada por isso. Com o seu relato, lembra-se das atrocidades com as quais conviveu no tráfico, quando era namorada do dono da “boca”; este chegou a matar por ciúmes e esta lembrança a atormentava muito; lembrava-se do vício, da violência, das mortes, parecendo em seus atos identificar-se a isto. Na sua fala, algo de outra ordem aparece sinalizado pelo sintoma atual. Apesar de visivelmente dopada, sua agressividade só diminui à medida que vai falando, e isso ela mesma percebe. Este episódio demonstrou de forma impressionante o poder terapêutico da fala, e portanto da escuta, na clínica da crise, em detrimento de qualquer recurso emergencial protocolar, como a própria medicalização. Apesar das severas dificuldades econômicas que enfrenta, não se lamenta por isso, pois se dá conta de estar melhor hoje em dia do que na época anteriormente relatada. No momento em que diz “estar melhor hoje em dia”, algo nela se ilumina; antes entregue na figura de doente, enlouquecida de ódio, passa a comparecer ao serviço com algo de uma dignidade, como alguém que renasce. Posteriormente, passa a se perguntar de onde vem tanta raiva e reforça o pedido de prosseguimento do atendimento psicológico, pois pretende descobrir. Passada a

“emergência”, ou seja, a aparição de algo que não estava conseguindo ser dito, ou no caso, mal-dito, fora feito o encaminhamento.

Assim, observamos respostas de sujeitos diferentes, em situações parecidas, na medida que a violência irrompe de alguma maneira: uma tem a felicidade de se colocar contra a violência e assim contornar a situação com a qual fora confrontada, não retornando mais ao serviço; a segunda é tomada pela violência, como quem se afoga levada por uma onda gigante, mas começa a se debater em direção aos retornos à Emergência, fazendo sintoma. Aqui, o papel da instituição é oferecer-se como cais, referência em torno da qual o sofrimento encontre alguma ancoragem e portanto seja passível de se abordado. Já a última, parece encenar a violência, até começar a distanciar-se dela através de sua fala, a qual começa a interrogar.

Frente ao impossível, cabe-nos encontrar meios menos nefastos de abordá-lo. Em nosso trabalho, propomos nossa presença e escuta como lugar de “retorno”, em torno da qual visamos mediar com as palavras, o que apresenta-se como indizível.

Em “O analista cidadão” Eric Laurent sinaliza que os analistas não devem temer dizer que querem uma cidade menos opressora e segregadora. Que a abordagem das singularidades possam nos ensinar saídas válidas para um número maior de pessoas: “o interesse que tem para todos a particularidade de cada um (...) transformá-la em algo útil, em um instrumento para todos” (LAURENT, 1999:15).

Através da interlocução proposta entre Psicanálise, Saúde Mental e Memória Social propomos recapitular as relações complexas, inerentes aos sujeitos e suas sociedades. Freud em “O Mal-estar na Cultura” (FREUD, 1930) onde ressalta justamente a dificuldade inerente do homem em coexistir (entre outras coisas, por conta de suas pulsões narcísicas e destrutivas), usa o exemplo do sistema solar para dizer da ligação do homem à civilização através do desejo, como o que há de mais íntimo, porém, como sendo o que nos lança em direção ao outro: “Tal como o planeta que ainda gira em torno de um corpo central além de rodar sobre seu próprio eixo, assim o indivíduo também participa do desenvolvimento da humanidade enquanto segue o seu próprio rumo na vida” (FREUD, 1930:143).

Na metáfora freudiana, somos impelidos a girar em torno do sol do desejo, apesar de também girarmos em torno de nós mesmos, malgrado o mal-estar que isso comporte. Unindo paradoxalmente estas dimensões entre subjetividade e alteridade,

resumimos o imbricamento do social ao singular, nessa história do que é particular a um e pertencente a todos.

Referências

ALTOÉ, S. e LIMA, M. (org). *Psicanálise, Clínica e Instituição*, Rio de Janeiro, Rios Ambiciosos, 2005.

BROUSSE, M-H. *O inconsciente é a política*. Seminário Internacional. Escola Brasileira de Psicanálise, 2003.

DELGADO, P. G. "A psiquiatria no território: construindo uma rede de atenção psicossocial." *Saúde em Foco: informe epidemiológico em saúde coletiva* 16 (1997): 41-3.

FIGUEIREDO, A.C. *Vastas Confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

_____. *Do atendimento coletivo ao individual: um atravessamento na transferência*, Cadernos do IPUB, 2000, vol.VI, n. 17, p. 124-30.

_____. *O que faz um psicanalista na Saúde Mental*. In: *Saúde Mental - Campos, Saberes e Discursos*. Venâncio A.T.; Cavalcanti, M. T. (org.). Rio de Janeiro: dições IPUB/CUCA, 2001.

FREUD, S. 1987 - *Obras psicológicas completas*, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Ed. Imago.

_____. (1913) *Totem e Tabu*.

_____. (1918) *Linhas de Progresso da Terapia Analítica*

_____. (1930) *O Mal-estar na Cultura*.

GONDAR, J. e DODEBEI, V. (orgs). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

Rejane de Moura Nunes e Denise Maurano

HABWACHS, M. A memória coletiva (1950). São Paulo: Ed. Vértice. 1990.

LACAN, J. (1953). “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____(1960-64). “Posição do Inconsciente”. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____(1967-70) O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MACHADO, O. e GROVA, T. (orgs.) et al. Psicanálise na Favela. Projeto Digaf-Maré: a clínica dos grupos. Rio de Janeiro: Associação Digaf-Maré, 2008.

MAURANO, D. Para que serve a Psicanálise? Rio de Janeiro: Psicanálise Passo a Passo, n.21. Jorge Zahar, 2001.

_____ O mal-estar na memória, inédito.

ROSA, M. “A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica”. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v. 4, n.2, set.2000Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482004000200008&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 09 ago. 2013.

STEVENS, A. “A instituição: prática do ato”. Carta de São Paulo, Boletim da Escola Brasileira de Psicanálise, ano 10, n.4, 2003, pg. 16.

VIGANÓ, C. “A Construção de Caso Clínico em Saúde Mental”. In: Psicanálise e Saúde Mental. Belo Horizonte. Curinga/EBP-MG, n.13 set. 1999.

HOW TO LISTEN RESISTANCE POLICY STRATEGY

ABSTRACT:

This paper considers psychoanalytic listening with regard to its function of dealing with human suffering, and thereby proposes listening as a political strategy for intervening and creating.

Through the inputs of psychoanalytic theory and clinic the paper proposes an interlocution with the fields of Mental Health and Social Memory, in the understanding that those are fields which allow us to think the dimensions of the singular and the social as intrinsic to one another.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Subjectivity. Social Memory.

COMMENT ÉCOUTER STRATÉGIE POLITIQUE RÉSISTANCE

RÉSUMÉ:

Ce texte traite de l'écoute psychanalytique dans sa fonction unique pour faire face à la souffrance humaine, ainsi que des propositions d'écoute comme une stratégie politique d'intervention et créatio.

Grâce à des subventions de la théorie et clinique psychanalytique nous venons proposer un dialogue entre les domaines de la santé mentale et de la mémoire sociale, en tant que domaines qui nous permettent de penser les dimensions du singulier et du social comme intrinsèques.

MOTS-CLÉS: Psychanalyse. Subjectivité. Mémoire social.

Recebido em: 12-08-2015

Aprovado em: 27-10-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista